



BECKER & SANTOS
ADVOGADOS

1508

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara de Falências e Concordatas da Comarca de Novo Hamburgo-RS:

Processo: 019/1.19.0001468-5

O ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA DE *DE MELLO'S INSTALAÇÕES COMERCIAIS LTDA.* e da *MASSA FALIDA DE AS INSTALAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME*, empresas já qualificadas nos autos do processo em epígrafe, vêm, respeitosamente, ante Vossa Excelência, dizer e requerer o que segue:

Em 17 de abril próximo passado, houve a arrematação da integralidade do acervo patrimonial da empresa, que perfaz a monta de R\$ 156.300,00 (cento e cinquenta e seis mil e trezentos reais).

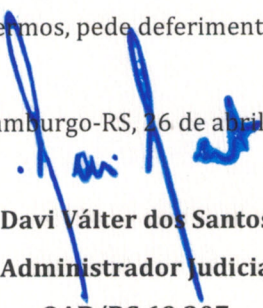
Desse modo, com vistas a maior efetividade do processo falimentar, desde já, a administração judicial se manifesta favoravelmente à homologação do leilão, com a correspondente expedição das cartas de arrematação necessárias e demais diligências de praxe.

Por último, requer o necessário pronunciamento judicial a respeito da contratação do profissional **Orlando Sidney Selbach Gressler**, inscrito na OAB/RS n.º 56.420, para o patrocínio das causas trabalhistas, nos exatos termos e valores referidos na manifestação anterior, uma vez que inclusive já vem realizando o respectivo trabalho, de modo profícuo e exemplar.

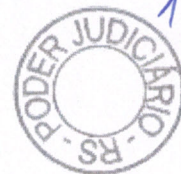
Por último, se coloca à disposição desse Douto Juízo para o que for necessário ao bom andamento do presente processo.

Nesses termos, pede deferimento.

Novo Hamburgo-RS, 26 de abril de 2019.


Davi Válder dos Santos
Administrador Judicial
OAB/RS 69.307

Rec. 260419



019/1.19.0001468-5 (CNJ:.0002473-76.2019.8.21.0019)

Vistos.

Atendidos os requisitos legais, e já decorrido o prazo previsto no artigo 143 da Lei nº 11.101/2005, bem como, ainda, tendo a ata de leilão das fls. 1.499/1.500 sido firmada pessoalmente pelo Leiloeiro, Administrador Judicial e o Representante do Ministério Público, **HOMOLOGO** o leilão ocorrido no presente feito falimentar, a fim de que surta os seus jurídicos e legais efeitos. ✓

Intime-se o Leiloeiro para a respectiva prestação de contas, nos prazos dos incisos IV e V, do artigo 884 do atual Código de Processo Civil, 01(um) e 2 (dois) dias, respectivamente. ✓

Em havendo a comprovação do depósito judicial do valor líquido do produto obtido no leilão, fica o Arrematante autorizado a retirar os bens móveis e equipamentos adquiridos, devendo ser expedido, em seu favor, ainda, carta de arrematação em relação aos veículos igualmente arrematados no certame, observadas as formalidades legais. ✓

Por fim, quanto ao requerimento ora formulado pelo Administrador Judicial, reiterando o pleito das fls. 1.461/1.462, visando à contratação de profissional para patrocinar as causas trabalhistas em desfavor da Massa Falida, dê-se prévia vista ao ilustre Curador das Massas.

Diligências legais.

Novo Hamburgo, 26/04/2019.

Angela Martini,
Juíza de Direito.

	Este é um documento eletrônico assinado digitalmente por: Signatário: ANGELA MARTINI Nº de Série do certificado: 01063718 Data e hora da assinatura: 29/04/2019 10:09:29
	Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na Internet, o endereço http://www.tjrs.jus.br/verificadocs e digite o seguinte número verificador: 019119000146850192019161688